

Enfermagem em Saúde da Criança e do Jovem

COORDENAÇÃO

Ana Lúcia Ramos
Maria do Céu Barbieri-Figueiredo



Lidel – edições técnicas, lda.
www.lidel.pt

EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

Lidel – Edições Técnicas, Lda.
Rua D. Estefânia, 183, r/c Dto. – 1049-057 Lisboa
Tel: +351 213 511 448
lidel@lidel.pt
Projetos de edição: editoriais@lidel.pt
www.lidel.pt

LIVRARIA

Av. Praia da Vitória, 14A – 1000-247 Lisboa
Tel.: +351 213 511 488
livraria@lidel.pt

Copyright © 2020, Lidel – Edições Técnicas, Lda.
ISBN edição impressa: 978-989-752-344-1
1.ª edição impressa: junho de 2020

Paginação: Tipografia Lousanense, Lda. – Lousã
Impressão e acabamento: Tipografia Lousanense, Lda. – Lousã
Dep. Legal n.º 470507/20

Fotos das cortinas 1, 3, 4, 5, 6, 7, 10, 11, 12, 14, 15: © Rawpixel, © Smolaw11, © 14951893, © Creativeye99,
© marchmeena 29, © Photographee.eu, © Petrunjela, © Tempura, © Filadendron, © XininXing, © Ozgurkeser

Capa: José Manuel Reis
Foto da capa: © Photographee.eu

Direção da coleção: Manuela Néné e Carlos Sequeira

Todos os nossos livros passam por um rigoroso controlo de qualidade, no entanto aconselhamos a consulta periódica do nosso *site* (www.lidel.pt) para fazer o *download* de eventuais correções.

Não nos responsabilizamos por desatualizações das hiperligações presentes nesta obra, que foram verificadas à data de publicação da mesma.

Os nomes comerciais referenciados neste livro têm patente registada.



Reservados todos os direitos. Esta publicação não pode ser reproduzida, nem transmitida, no todo ou em parte, por qualquer processo eletrónico, mecânico, fotocópia, digitalização, gravação, sistema de armazenamento e disponibilização de informação, sítio Web, blogue ou outros, sem prévia autorização escrita da Editora, exceto o permitido pelo CDADC, em termos de cópia privada pela AGECOP – Associação para a Gestão, através do pagamento das respetivas taxas.

Autores	V
Prefácio	XI
<i>Ana Luísa Portela Gonçalves Bastos</i>	
Siglas e abreviaturas	XIII
Nota introdutória	XVII
<i>Ana Lúcia Ramos/Maria do Céu Barbieri-Figueiredo</i>	
1. ENFERMAGEM EM SAÚDE DA CRIANÇA E DO JOVEM NUMA SOCIEDADE EM MUDANÇA	1
<i>Ana Lúcia Ramos/Maria do Céu Barbieri-Figueiredo</i>	
2. A CRIANÇA E O JOVEM COMO FOCO DE CUIDADO: EMPODERAMENTO DA CRIANÇA, JOVEM E FAMÍLIA	11
<i>Ana Lúcia Ramos</i>	
3. MODELOS DE CUIDADOS EM SAÚDE INFANTIL E PEDIATRIA	25
<i>Carla Cerqueira/Maria do Céu Barbieri-Figueiredo</i>	
3.1. Cuidados Centrados na Família	28
<i>Carla Cerqueira/Maria do Céu Barbieri-Figueiredo</i>	
3.2. Modelo de Parceria de Cuidados de Anne Casey	33
<i>Amélia José Monteiro/Carla Cerqueira</i>	
4. CUIDADOS ATRAUMÁTICOS E DOR EM PEDIATRIA	39
<i>Ananda Fernandes</i>	
5. O DIREITO APLICADO NO CUIDADO À CRIANÇA, JOVEM E FAMÍLIA	57
<i>Sérgio Deodato</i>	
6. ÉTICA NO CUIDADO À CRIANÇA, JOVEM E FAMÍLIA	65
<i>Lucília Nunes</i>	
7. APRECIÇÃO EM ENFERMAGEM DA CRIANÇA E DO JOVEM	81
<i>Ilda Fernandes/Luísa Andrade</i>	
7.1. Nas Consultas de Enfermagem em Contexto de Cuidados de Saúde Primários	86
<i>Ilda Fernandes/Luísa Andrade</i>	
7.2. No Contexto do Internamento	95
<i>Patrícia Pombo Tavares</i>	
8. O RECÉM-NASCIDO	105
<i>Simão Vilaça/Madalena Ramos</i>	
9. O RECÉM-NASCIDO PRÉ-TERMO	117
<i>Madalena Ramos/Simão Vilaça/Goreti Mendes</i>	

10. O LACTENTE	135
<i>Maria Antónia Caeiro Chora</i>	
11. A CRIANÇA DO 1 AOS 3 ANOS	147
<i>Gertrudes Maria Silva</i>	
12. A CRIANÇA EM IDADE PRÉ-ESCOLAR (3 AOS 6 ANOS) E ESCOLAR (6 AOS 12 ANOS)	159
<i>Constança Festas/Isabel Quelhas/Maria Clara Braga</i>	
13. O JOVEM	193
<i>Ângela Baptista/Cláudia Quintas/Patricia Baltar/Rita Alves/Vera Lavrador/Tiago Dias Silva</i>	
14. CUIDAR DA CRIANÇA, JOVEM E FAMÍLIA EM SITUAÇÕES ESPECIAIS	217
14.1. A Criança e o Jovem Submetidos a Procedimento Cirúrgico	218
<i>Margarida Carmo/Elisabete Rocha/Marta Bentes/Catarina Soares</i>	
14.2. A Criança e o Jovem com Doença Crónica ou Incapacitante	231
<i>Zaida Charepe</i>	
14.3. Espiritualidade no Cuidado à Criança.....	238
<i>Silvia Caldeira</i>	
14.4. Crianças com Necessidades Especiais	248
<i>Cláudia Augusto/Rafaela Rosário/Maria José Silva/Beatriz Araújo/ Maria do Céu Barbieri-Figueiredo</i>	
14.5. A Criança e o Jovem com Problemas de Saúde Mental	264
<i>António Nabais/Lucília Nunes</i>	
14.6. A Criança e o Jovem Vítimas de Maus-tratos	273
<i>Ana Pádua/José Silva/Silvia Contreiras</i>	
14.7. A Criança e o Jovem em Fim de Vida	282
<i>Lurdes Martins/Silvia Ramos</i>	
14.8. A Criança e o Jovem em Contexto de Urgência	293
<i>Francisco Vaz/Rute Trigo</i>	
15. INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO A UTILIZAR EM CRIANÇAS, JOVENS E FAMÍLIA	311
<i>Ana Lúcia Ramos/Maria do Céu Barbieri-Figueiredo</i>	
Índice remissivo	323

COORDENADORAS/AUTORAS

Ana Lúcia Ramos

Doutora em Enfermagem; Enfermeira Especialista em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica; Professora Adjunta na Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Setúbal (ESS/IPS); Investigadora Integrada na NURSE'IN - UIESI - Unidade de Investigação em Enfermagem do Sul e Ilhas.

Maria do Céu Barbieri-Figueiredo

Doutora em Ciências de Enfermagem; Enfermeira Especialista em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica; Professora Coordenadora na Escola Superior de Enfermagem do Porto (ESEP); Investigadora Integrada do CINTESIS – Centro de Investigação em Tecnologias e Serviços de Saúde.

AUTORES

Amélia José Monteiro

Mestre em Ciências de Enfermagem; Enfermeira Especialista em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica; Docente na Escola Superior de Saúde da Universidade Fernando Pessoa – Porto.

Ana Pádua

Enfermeira Especialista em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica na Unidade de Cuidados na Comunidade Península Azul (UCC-PA), ACeS Arrábida; Representante da Saúde na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Setúbal; Elemento do Núcleo de Apoio a Crianças e Jovens em Risco do ACESA.

Ananda Fernandes

Doutora em Enfermagem; Enfermeira Especialista em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica; Professora Coordenadora na Escola Superior de Enfermagem de Coimbra.

Ângela Baptista

Mestre em Saúde Infantil e Pediátrica; Enfermeira Especialista em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica, ACeS Arrábida – Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados São Sebastião; Enfermeira em instituição escolar promovendo a educação para a saúde; instrutora de massagem infantil.

António Nabais

Doutor em Enfermagem; Enfermeiro Especialista em Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica; Professor Adjunto na Escola Superior de Enfermagem de Lisboa; Enfermeiro-Chefe no Centro Hospitalar Universitário Lisboa Central, EPE.

Beatriz Araújo

Doutora em Ciências de Enfermagem; Enfermeira Especialista em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica; Professora Associada Convidada no Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Católica Portuguesa.

Carla Cerqueira

Doutora em Ciências de Enfermagem; Enfermeira Especialista em Enfermagem Médico-Cirúrgica; Professora Adjunta na Escola Superior de Enfermagem do Porto.

Catarina Soares

Enfermeira de Internamento de Pediatria e Cirurgia Pediátrica no Hospital Garcia de Orta, EPE.

Cláudia Augusto

Doutora em Ciências de Enfermagem; Enfermeira Especialista em Enfermagem de Saúde Familiar; Professora Adjunta na Escola Superior de Enfermagem da Universidade do Minho.

Cláudia Quintas

Enfermeira Especialista em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica; Coordenadora do Programa de Saúde Infantil na UCSP São Sebastião, ACeS Arrábida.

Constança Festas

Doutora em Enfermagem; Enfermeira Especialista em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica; Professora Associada na Escola de Enfermagem da Universidade Católica Portuguesa (Porto).

Elisabete Rocha

Enfermeira de Internamento de Pediatria e Cirurgia Pediátrica no Hospital Garcia de Orta, EPE.

Francisco Vaz

Licenciado em Enfermagem e em Investigação Social Aplicada; Enfermeiro Especialista em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica; Enfermeiro-Chefe da Pediatria Internamento e Urgência Pediátrica no Centro Hospitalar de Setúbal, EPE; Professor Adjunto Convidado no Instituto Politécnico de Setúbal.

Gertrudes Maria Silva

Mestre em Sociologia; Enfermeira Especialista em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica; Professora Coordenadora na Escola Superior de Enfermagem São João de Deus da Universidade de Évora (UEESESJD).

Goreti Mendes

Doutora em Ciências de Enfermagem; Enfermeira Especialista em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica; Professora Coordenadora na Escola Superior de Enfermagem da Universidade do Minho (ESE-UMinho); Presidente do Conselho Pedagógico da ESE-UMinho; Diretora do curso de Pós-Licenciatura de Especialização em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica da ESE-UMinho.

Ilda Fernandes

Doutora em Educação; Enfermeira Especialista em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica; Professora Adjunta na Escola Superior de Enfermagem do Porto.

Isabel Quelhas

Doutora em Enfermagem; Enfermeira Especialista em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica; Professora Adjunta na Escola de Enfermagem da Universidade Católica Portuguesa (Porto).

José Silva

Enfermeiro Especialista em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica na Unidade de Cuidados na Comunidade de Palmela, Sesimbra e Setúbal, ACeS Arrábida.

Lucília Nunes

Doutora em Filosofia; Enfermeira Especialista em Enfermagem Saúde Mental e Psiquiátrica; Professora Coordenadora na Escola Superior de Saúde, Instituto Politécnico de Setúbal; Coordenadora da NURSE'IN-UIESI, Unidade de Investigação do Sul e Ilhas; Vice-Presidente do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida; Membro da Comissão de Ética do Centro Hospitalar de Setúbal e do Conselho de Ética da Universidade do Minho.

Luísa Andrade

Doutora em Ciências de Enfermagem; Enfermeira Especialista em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica; Professora Adjunta na Escola Superior de Enfermagem do Porto.

Lurdes Martins

Doutora em Enfermagem; Enfermeira Especialista em Enfermagem Médico-Cirúrgica; Professora Auxiliar Convidada no Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Católica Portuguesa (Lisboa).

Madalena Ramos

Mestre em Ciências de Enfermagem – Pediatria; Enfermeira Especialista em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica; Enfermeira-Chefe do Serviço de Neonatologia do Centro Hospitalar Universitário de S. João.

Margarida Carmo

Enfermeira Especialista em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica no Hospital Garcia de Orta, EPE.

Maria Antónia Caeiro Chora

Doutora em Sociologia; Enfermeira Especialista em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica; Professora Adjunta no Departamento de Enfermagem da Universidade de Évora.

Maria Clara Braga

Mestre em Enfermagem; Enfermeira Especialista em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica pela Ordem dos Enfermeiros; Assistente Convidada na Escola de Enfermagem da Universidade Católica Portuguesa (Porto).

Maria José Silva

Mestre em Ciências de Enfermagem; Enfermeira Especialista em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica; Professora Adjunta na Escola Superior de Enfermagem da Universidade do Minho.

Marta Bentes

Enfermeira Especialista em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica no Hospital Garcia de Orta, EPE.

Patrícia Baltar

Enfermeira Especialista em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica no Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE; Investigadora UI&DE (Unidade de Investigação e Desenvolvimento em Enfermagem) – Escola Superior de Enfermagem de Lisboa; Psicóloga Clínica.

Patrícia Pombo Tavares

Mestre em Ciências de Enfermagem; Pós-Licenciada em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica; Enfermeira Especialista em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica no Serviço de Pediatria do Hospital do Divino Espírito Santo, EPE, São Miguel, Açores.

Rafaela Rosário

Doutora em Estudos da Criança, na especialidade de Saúde Infantil; Enfermeira Especialista em Enfermagem de Saúde Familiar; Professora Adjunta na Escola Superior de Enfermagem da Universidade do Minho.

Rita Alves

Mestre em Enfermagem; Enfermeira Especialista em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica na Unidade de Saúde Familiar de Rio de Mouro.

Rute Trigo

Licenciada em Gestão da Distribuição e da Logística; Enfermeira Especialista em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica no Serviço de Urgência Pediátrica no Centro Hospitalar de Setúbal, EPE; Professora Adjunta Convidada na Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Beja.

Sérgio Deodato

Doutor em Enfermagem; Enfermeiro Especialista em Enfermagem Médico-Cirúrgica; Professor Associado na Universidade Católica Portuguesa (UCP); Investigador no Centro de Investigação Interdisciplinar em Saúde do Instituto de Ciências da Saúde da UCP.

Sílvia Caldeira

Doutora em Enfermagem; Enfermeira Especialista em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica; Professora Auxiliar Convidada na Universidade Católica Portuguesa (UCP); Investigadora no Centro de Investigação Interdisciplinar em Saúde do Instituto de Ciências da Saúde da UCP.

Sílvia Contreiras

Enfermeira Especialista em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica na Unidade de Cuidados na Comunidade de Palmela, Sesimbra e Setúbal, ACeS Arrábida.

Sílvia Ramos

Doutora em Enfermagem; Mestre em Cuidados Paliativos; Enfermeira Especialista em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica; Equipa Intra-hospitalar de Suporte em Cuidados Paliativos Pediátricos e Consulta de Neuropediatria no Centro Hospitalar Universitário Lisboa Central; Professora Adjunta Convidada no Instituto Politécnico da Lusofonia (Lisboa).

Simão Vilaça

Doutor em Estudos da Criança; Enfermeiro Especialista em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica; Professor Adjunto na Escola Superior de Enfermagem da Universidade do Minho.



Tiago Dias Silva

Mestre em Enfermagem; Enfermeiro Especialista em Enfermagem de Reabilitação; Especialista em Administração Hospitalar; Enfermeiro no Hospital CUF Descobertas.

Vera Lavrador

Mestre em Enfermagem, Enfermeira Especialista em Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica; Enfermeira no Hospital D. Estefânia, Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Central, EPE.

Zaida Charepe

Doutora em Enfermagem; Enfermeira Especialista em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica; Professora Associada no Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Católica Portuguesa.

A obra que se segue é, de facto, um contributo indiscutível para a enfermagem pediátrica, numa relação entusiasmante entre a história, a ciência e as emoções.

Encontramo-nos, assim, na presença de um conteúdo riquíssimo, de enorme valor científico, que reúne um conjunto de investigadores portugueses de grande relevância para a enfermagem nesta área da especialidade.

A enfermagem pediátrica e a prestação de cuidados à criança, jovem e sua família representam uma combinação única de desafios e de oportunidades. Aos enfermeiros cabe o desafio de adquirir e atualizar continuamente os seus conhecimentos, desenvolvendo ao longo da sua prática clínica capacidades técnicas diferenciadoras, nunca esquecendo o pensamento crítico reflexivo que também o fará crescer.

A cada criança, associamos a vinda de um novo desafio. Cuidar de crianças e jovens é uma experiência única, que aclama a sensibilidade mais profunda do enfermeiro, porque nela diferencia o saber, exercita o amor e floresce a esperança.

Lembre-mo-nos, então, que as crianças representam o nosso futuro, pelo que, no presente, numa ação individual e coletiva, exige-se a responsabilidade de as educar, dando-lhes as ferramentas necessárias para um crescimento equilibrado, onde todas as suas dimensões humanas (física, afetiva, social, intelectual e espiritual) são tidas em conta, gerando-se assim homens e mulheres da sociedade futura, que se desejam saudáveis e felizes.

O desafio de se contribuir para esta realidade deve constituir a prioridade neste processo de cuidar do outro, tornando assim a área pediátrica numa das mais gratificantes na prática de enfermagem.

A 1.^a edição da obra *Enfermagem em Saúde da Criança e do Jovem* aborda toda a idade pediátrica, desde o nascimento até à adolescência. Tem uma estrutura muito interessante e inovadora, pelo facto de cada capítulo ter início com os objetivos de aprendizagem e terminar com a síntese dos conteúdos, permitindo ao leitor ter a noção do que poderá aprender ou refletir sobre a temática e, no final, ter a oportunidade de sintetizar as principais ideias e conceitos abordados.

A expedição pelo mundo pediátrico tem início com o capítulo que aborda a necessidade de a prática de enfermagem se desenvolver, adaptando-se às alterações das prioridades de saúde ao longo das últimas décadas, da criação de políticas de prevenção, inovação e tecnologia, e de uma sociedade que se encontra em constante mudança.

Seguidamente, é abordado o conceito do empoderamento da criança, jovem e sua família e como este pode constituir um recurso absolutamente influenciador nos vários cenários da prática, na prestação de cuidados de enfermagem, na liderança de equipas, no ensino e na formação, mas sobretudo na construção de sociedades mais atentas e participativas.

Os cuidados centrados na família, tendencialmente relacionados com os cuidados de enfermagem pediátrica, também são abordados no terceiro capítulo, realçando a sua transformação ao longo dos anos e a sua replicação noutros contextos do cuidar, tornando-se clara a necessidade de dotar os enfermeiros de competências avançadas para uma intervenção mais eficaz e coerente.

Ao falar de enfermagem pediátrica é obrigatório falar em parceria de cuidados, modelo organizativo que pretende responder com competência a cada ato de cuidar, nesta relação dos profissionais de saúde com a criança, jovem e sua família.

Neste âmbito, é fundamental prestar-se cuidados de enfermagem que tenham em atenção a visão holística da pessoa que está a ser cuidada, reduzindo assim alguns fatores de *stress* como, por exemplo, a dor.

Um contacto acolhedor e próximo com os profissionais de saúde é fundamental para a construção de uma relação saudável com os serviços de saúde, sendo estes aspetos abordados no capítulo seguinte a que denominam “Cuidados Atraumáticos e Dor em Pediatria”.

A análise jurídica e ética aplicada à criança, adolescente e família também é abordada nesta obra, realçando um conjunto de princípios e de normas de proteção, nomeadamente quando se encontra em perigo ou mesmo no âmbito de decisões de saúde. Fica claro o papel do enfermeiro de pediatria em fazer cumprir o dever de proteção, apelando à carta dos Direitos da Criança Hospitalizada, bem como o direito da criança e jovem de participar, na medida das suas capacidades, em algumas decisões da sua vida.

A viagem segue para o capítulo da “Apreciação em Enfermagem da Criança e do Jovem”, contextualizando os cuidados de saúde primários, onde ocorre a apreciação em enfermagem da criança e do jovem, dando a conhecer as unidades funcionais e os seus domínios de desempenho bem como a tipologia de consultas de enfermagem.

Esta é mais uma oportunidade para se conhecer a relação contínua e de proximidade dos enfermeiros com a população infantojuvenil e suas famílias, definindo conseqüentemente os cuidados antecipatórios preconizados em cada idade-chave, sendo estes fundamentais para favorecer o potencial máximo de desenvolvimento e crescimento, a adopção de estilos de vida saudáveis e os processos de transição da família.

Seguimos assim viagem para mais uma etapa desta obra, onde é exposto o papel do enfermeiro na abordagem da criança e jovem em contexto de internamento, sendo esplanado a variabilidade dependendo da sua situação clínica, do contexto de doença aguda ou programada, das características da família e da tipologia do serviço.

Nos capítulos seguintes, é descrito o padrão de normalidade do crescimento e desenvolvimento, os cuidados antecipatórios, a capacitação dos pais e dos profissionais nas várias idades (desde o recém-nascido ao jovem).

Os autores dedicam, igualmente, espaço para a criança, jovem e família em situações especiais e terminam com a identificação dos instrumentos de avaliação em enfermagem pediátrica.

Finalizo, afirmando que foi uma honra prefaciá-la esta obra, desafiando o leitor a embarcar nesta viagem, utilizando-a também na sua prática profissional diária.

Sistematizar, com grande rigor científico, o que mais importa para a enfermagem pediátrica é, efetivamente, um trabalho de merecido respeito e valorização.

Bem hajam. Boa leitura!

Ana Luísa Portela Gonçalves Bastos

Enfermeira Especialista em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica

Enfermeira Diretora do Hospital Senhora da Oliveira – Guimarães, EPE

Siglas e abreviaturas

A	
AAP	Academia Americana de Pediatria
ACES	Agrupamento de Centros de Saúde
APPT-PT	<i>Adolescent Pediatric Pain Tool</i>
ARS	Administração Regional de Saúde
B	
BO	bloco operatório
C	
CESIJ	Consulta de Enfermagem de Saúde Infantil e Juvenil
CIAV	Centro de Informação Antivenenos
CIF	<i>Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde</i>
CIPE	<i>Classificação Internacional para a Prática de Enfermagem</i>
CNSM	Coordenação Nacional para a Saúde Mental
CODU	Centro de Orientação de Doentes Urgentes
CPAP	<i>Continuous Positive Airway Pressure</i>
CPCJ	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
CPTAS	<i>Canadian Pediatric Triage and Acuity Scale</i>
CSP	cuidados de saúde primários
D	
DGS	Direção-Geral da Saúde
DIP	doença inflamatória pélvica
DIU	dispositivo intrauterino
E	
EEESIP	enfermeiro especialista em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica
EEG	eletroencefalograma
F	
f-MRI	ressonância magnética funcional
G	
GEA	gastroenterite aguda
H	
HEEADSSS	<i>H – home ; E – education and employment; E – eating; A – activities; D – drugs; S – sexuality; S – suicide; S – safety</i>
HgbF	hemoglobina fetal
HPV	papilomavírus humano

I	
IAC	Instituto de Apoio à Criança
ICIDH	Classificação Internacional da Deficiência, Incapacidade e Desvantagens
ICPCN	<i>International Children's Palliative Care Network</i>
IM	intramuscular
IMC	índice de massa corporal
INEM	Instituto Nacional de Emergência Médica
IP	intervenção precoce
IST	infecções sexualmente transmissíveis
L	
LES	lúpus eritematoso sistémico
LH	hormona luteinizante
LIG	leve para a idade gestacional
MEF	monitorização eletrónica fetal
MEFC	monitorização eletrónica fetal contínua
M	
MIAMPE	Modelo de Intervenção em Ajuda Mútua Promotor de Esperança
N	
NACJR	Núcleo de Apoio a Crianças e Jovens em Risco
NBAS	<i>Neonatal Behavioral Assessment Scale</i> /Escala de Avaliação do Comportamento Neonatal
NHACJR	Núcleo Hospitalar de Apoio a Crianças e Jovens em Risco
NIRS	espectroscopia de infravermelho próximo
O	
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
P	
PCR	paragem cardiorrespiratória
PET	tomografia por emissão de positrões
PHDA	perturbação de hiperatividade e défice de atenção
PNS	Plano Nacional de Saúde
PNSE	Programa Nacional de Saúde Escolar
PNSIJ	Programa Nacional de Saúde Infantil e Juvenil
PNV	Programa Nacional de Vacinação
PO	<i>per os</i>
R	
RN	recém-nascido



S

SIJ	Saúde Infantil e Juvenil
SNIPI	Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância
SRO	soluções de hidratação oral
SUP	serviços de urgência pediátrica

U

UCC	Unidades de Cuidados na Comunidade
UCIN	Unidade de Cuidados Intensivos Neonatais
UCSP	Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados
UICD	Unidade de Internamento de Curta Duração
UNICEF	Fundo Internacional de Emergência para a Infância das Nações Unidas
USF	Unidades de Saúde Familiar

V

VET	valor energético total
VIH	vírus da imunodeficiência humana

Nota introdutória

A infância e adolescência da atualidade diferenciam-se do que ocorreu no passado e Portugal apresenta características, legislação e particularidades que o distinguem de outros países.

Crianças e jovens movem-se, atualmente, numa sociedade exigente e em famílias que necessitam de estar a par, não só, desta exigência, mas também de suportar e apoiar o crescimento e desenvolvimento que ocorrem durante a infância e adolescência.

Com os conhecimentos que detêm e as habilidades em operacionalizá-los, os enfermeiros constituem-se como recurso importante de crianças/jovens e famílias, em situações de saúde e de doença, nos diferentes contextos.

Neste livro, procurou-se, mantendo o foco na criança/jovem e no conhecimento da realidade nacional, reunir o contributo de enfermeiros especialistas no âmbito da Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica, bem como de autores de referência em assuntos tão particulares como a ética, o direito e situações especiais que deverão ser conhecidas de todos os que trabalham com crianças e jovens.

Trata-se da primeira obra sobre enfermagem de saúde infantil e juvenil escrita por autores portugueses e ajustada à realidade nacional, embora baseada na melhor evidência produzida nacional e internacionalmente.

O texto aborda questões atuais, e tendências futuras, que confrontam os enfermeiros que cuidam crianças no hospital e na comunidade, de diferentes grupos etários pediátricos, incluindo temas como a parceria de cuidados com a criança/jovem e família, saúde mental infantil e juvenil, e cuidados paliativos pediátricos.

É por isso que este livro se dirige, em primeiro lugar, aos enfermeiros especialistas cujas competências os convocam a todos estes saberes, mas também a enfermeiros de cuidados gerais e estudantes de enfermagem cujo percurso pela área científica de enfermagem se está a iniciar. Os capítulos têm uma organização didática com objetivos de aprendizagem, em que se procurou enfatizar estratégias de intervenção, orientadoras da prática clínica dos profissionais.

Convidamos, igualmente, para a leitura desta obra outros profissionais envolvidos na atenção às crianças/jovens e famílias, pois só uma abordagem multiprofissional garantirá o seu crescimento e desenvolvimento pleno.

Ana Lúcia Ramos
Maria do Céu Barbieri-Figueiredo
(Coordenadoras)

A Lidel deseja que este livro vá ao encontro das necessidades dos Alunos e Professores de expressão portuguesa, e agradece a todos os leitores que queiram contribuir com sugestões para o seguinte e-mail:



livrotexto@lidel.pt

1

Enfermagem em saúde da criança e do jovem numa sociedade em mudança



1 Enfermagem em Saúde da Criança e do Jovem numa Sociedade em Mudança

Ana Lúcia Ramos/Maria do Céu Barbieri-Figueiredo

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

- Conhecer a evolução histórica da sociedade perante a criança e jovem;
- Compreender a evolução dos cuidados de saúde e de enfermagem direcionados para a criança e jovem.

Questões para refletir: (Pre)conceitos em enfermagem em saúde infantil e pediátrica

- 1) O que entende por criança?
- 2) O que entende por jovem?
- 3) Se fosse criança/jovem o que esperava do enfermeiro?
- 4) Se fosse pai/mãe ou pessoa significativa de uma criança/jovem, o que esperava do enfermeiro?

EVOLUÇÃO DA SOCIEDADE E REPERCUSSÕES NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Até ao século XVII, a criança vivia de uma forma pouco diferenciada dos adultos, sem necessidade de cuidado especial. A elevada taxa de mortalidade infantil provocava, nas pessoas e na sociedade, algum sentimento de indiferença e defesa face ao apego para com a criança. Nessa altura, as mulheres tinham vários filhos, permanecendo durante muito tempo a ideia de que teriam muitos filhos para que pudessem sobreviver, pelo menos, alguns.

A doença era vista como uma fatalidade divina, pelo que o cuidado preventivo e curativo era, praticamente, inexistente. Dado o perfil demográfico da época, com a elevada probabilidade de se morrer em criança, a infância era vista como uma fase com pouca importância, que não valeria a pena recordar (Ariés, 1986).

Nas raras obras em que as crianças estavam representadas, apenas o tamanho da sua figura as distinguia dos adultos, não sendo evidente qualquer expressão particular

e característica de criança. Os conceitos de criança e de infância não integravam a sociedade, nesse período, tal como são conceptualizados atualmente, pois a consciência de necessidade de particularizar alguma necessidade específica da criança não existia. Assim que a criança crescia e se tornava independente da mãe ou da ama, era integrada na vida dos adultos (Ariés, 1986).

A partir do século XVII, e apesar de demograficamente se manterem elevadas as taxas de mortalidade infantil, algo se alterou na sociedade: os retratos de família tendem a organizar-se em torno da criança, com inúmeras cenas de infância de carácter convencional, como a lição de leitura ou a lição de música, existindo igualmente obras em que a criança era representada sozinha. As roupas das crianças, principalmente as que pertenciam à nobreza ou à burguesia, alteraram-se deixando as crianças de ser vestidas como se de pequenos adultos se tratassem, e passando a vestir-se com roupas ajustadas à sua idade. Os brinquedos característicos das crianças, como o cavalo de pau, o pássaro preso por um fio e as

bonecas começaram a ser retratados e documentados (Ariés, 1986).

A diferença na conceptualização de ser criança e na percepção de que existiam etapas no desenvolvimento da criança foi conseguida através de alguns contributos importantes, como os de Locke que comparava a criança a uma folha de papel em branco que ia sendo preenchida ao longo das experiências que ia vivenciando (empirismo).

Apesar de todos os contributos, é apenas a partir do século XVIII que o conceito de infância evolui e ganha força aparecendo o “movimento de particularização da infância” (Jardim, 2003, p. 18). Com o romantismo, a família sofre mudanças e, paralelamente, criam-se necessidades sociais onde a criança é valorizada, ocupando um lugar de destaque no interior da família.

Os pensadores do século XVII e XVIII iniciaram novos discursos sobre a infância e, com a evolução da ciência e de novas disciplinas como a psicologia e a sociologia, desenvolveram-se os conhecimentos sobre os primeiros anos de vida da criança. Rousseau enfatizou o valor do património inato da criança e a relevância do jogo nas etapas de desenvolvimento durante a infância (Vale, 2005), que se constituem como diferentes e com necessidades distintas. Tal encontra-se expresso na sua obra *Emílio ou da educação*, dividida em cinco fases, desde o nascimento até à idade adulta (Rousseau, 1995), contributo importante na diferenciação da adolescência como uma etapa distinta da infância, com características específicas, as quais devem ser atendidas de forma necessariamente diferente.

Com estes contributos, passou a privilegiar-se a díade mãe-filho (Almeida, 2011) como foco dos cuidados e começou a prestar-se maior atenção ao desenvolvimento da criança e da família e ao seu bem-estar, integrando os aspetos sociais e emocionais, para além dos aspetos físicos contemplados em escalas-padrão (Almeida, 2011) de avaliação do desenvolvimento.

No entanto, nesta época, a educação era plena de regras e de normas de comportamento que deveriam ser seguidas pelas crianças, sendo esperado que a criança fosse “obediente, dócil, bem-comportada, sossegada, se submetesse às exigências da sociedade e às normas morais” (Hadfield, 1973, p. 17), de forma a atingir a pretensão das mães da época vitoriana. Esta rigidez na educação espoltoeu nas crianças nascidas nessa época a clara noção da importância da disciplina, das condutas segundo as regras conhecidas, não permitindo grandes desvios, não se reconhecendo ao afeto a grande influência no desenvolvimento das crianças e jovens na época, mesmo quando afeto e severidade estavam presentes num mesmo lar. Se é certo que, de acordo com os registos, esta época teve pessoas notáveis, também os mesmos registos apontam para pessoas em que o desequilíbrio evidente entre severidade e afetividade lhes provocou insegurança, que acabou por lhes constituir a “base das perturbações neuróticas” (Hadfield, 1973, p. 18).

Em relação à preocupação com a saúde, a partir desta altura, começou a ser documentado o cuidado com o corpo, com a higiene e com a saúde física. Foi no século XVIII que surgiram, na Europa, os primeiros hospitais destinados a cuidar de crianças (1802, em Paris; 1852, em Londres). Em Portugal, os hospitais pediátricos começaram um pouco mais tarde, em 1877, o Hospital de Dona Estefânia em Lisboa e, em 1882, o Hospital de Crianças Maria Pia no Porto.

Ao longo do século XIX os cuidados de saúde foram melhorando, os partos passaram a realizar-se nos hospitais, quando necessário, com assistência médica e equipamentos mais adequados e emergiu o conceito de puericultura, em 1866 (Gomes-Pedro, 2013). Foi neste século que se desenvolveu a “revolução da enfermagem científica” (Nunes, 2003, p. 19), conduzida por Florence Nightingale. Em Portugal, o primeiro curso de Enfermagem realizou-se em 1881, nos Hospitais da Universidade de Coimbra (Nunes, 2003).

NO SÉCULO XX

No século XX, no designado “século da criança”, as teorias da psicologia de desenvolvimento permitiram apreciar o desenvolvimento da criança, atendendo à necessidade de passar por diversos estádios, algo estandardizados, minimizando o efeito do ambiente no desenvolvimento das crianças, algo que foi sendo criticado ao longo dos tempos.

Em Portugal, um marco importante relativamente à saúde da mãe e da criança foi a criação do Instituto Maternal, em 1943, que tinha como objetivo “efetivar e coordenar a prestação de assistência médico-social à maternidade e primeira infância” (Decreto-Lei n.º 32651, p. 79). Com o Instituto Maternal, procurou-se aumentar e melhorar a assistência às mães e às crianças, realizando atividades de vigilância pré-natal, assistência ao parto e vigilância pós-natal, as quais incluíam, para além dos cuidados no puerpério, o apoio às lactantes, com a criação de cantinas maternas e creches-lactários que tinham como objetivo ajudar na alimentação das mães de filhos recém-nascidos, mas sempre posicionando a mãe na família, não devendo estes locais substituir as suas funções de mãe (Decreto-Lei n.º 32651). Neste decreto-lei era visível a preferência pelos cuidados domiciliários, apelando a que apenas perante essa impossibilidade a mulher deveria ser hospitalizada (Decreto-Lei n.º 32651).

Concomitantemente a esta criação, foi criada em 1943 a especialização de enfermeiras puericultoras. A especialização era lecionada no Instituto Maternal, na Maternidade Alfredo da Costa (em funcionamento desde 1946, em Lisboa) e Maternidade Júlio Dinis (desde 1950, no Porto), com a duração de três anos (Nunes, 2003), após ter ficado evidente a importância de uma formação especializada na assistência realizada pelos enfermeiros nos cuidados antes, durante e após o parto (Decreto-Lei n.º 32651).

Na segunda metade do século XX, começou a assinalar-se, a partir de 1950, o

Dia Mundial da Criança a 1 de junho e, a 20 de novembro de 1959, as Nações Unidas adotaram a *Declaração dos Direitos da Criança*. O ano de 1979 foi distinguido como Ano Internacional da Criança. A 20 de novembro de 1989, na Assembleia Geral das Nações Unidas, foi adotada a *Convenção sobre os Direitos da Criança*, a qual a 21 de setembro de 1990 foi ratificada, por Portugal, integrando os enunciados dos direitos fundamentais de todas as crianças. A *Convenção sobre os Direitos da Criança* consagra a criança como sujeito de direitos e constituiu-se como um documento fundamental para todos os enfermeiros, especialmente os que trabalham com crianças, uma vez que se constitui como um documento legal, universal, assente nos quatro pilares fundamentais relacionados com os direitos das crianças: a não discriminação, o superior interesse da criança, a sobrevivência e desenvolvimento e a opinião da criança (UNICEF, 2004).

Em muitos países, o Dia Mundial da Criança é celebrado a 20 de novembro, correspondendo à data em que foi adotada a *Declaração dos Direitos da Criança* (1959) e a *Convenção dos Direitos da Criança* (1989), pelas Nações Unidas. Em Portugal, o Dia Mundial da Criança é celebrado a 1 de junho, coincidindo com a data da primeira celebração desta efeméride, em 1950, oficializado pelas Nações Unidas como universal em 1954, com o objetivo de alertar a sociedade mundial para as dificuldades das crianças. Curiosamente, dia 1 de junho é o Dia Global dos Pais (*Global Day of Parents*), proclamado pela Assembleia Geral das Nações Unidas a partir de 2012.

A partir do Estado Novo as condições de vida foram melhorando e a preocupação com a saúde pública aumentou, o que se repercutiu no aumento da natalidade e na diminuição da taxa de mortalidade infantil (Almeida, 2011). Qualquer alteração neste importante indicador de saúde é relevante, devido ao impacto da mortalidade neonatal, infantil e juvenil para um país, uma vez que

refletem o seu ambiente social, económico e cultural.

Em 1965 foi desenvolvido, em Portugal, o Programa Nacional de Vacinação, universal e gratuito, que se iniciou com uma campanha de vacinação contra a poliomielite, precedida de educação sanitária, estratégias fundamentais para o sucesso do programa e para a alteração do perfil de doenças infecciosas em Portugal [Direção-Geral da Saúde (DGS), 2015].

A individualização da criança implicou que, também na enfermagem, fosse dada continuidade ao desenvolvimento da formação relativa aos cuidados de enfermagem especializados à criança, o que leva à criação, em 1967, do Curso de Especialização Obstétrica para Enfermeiras (que vem substituir o Curso de Enfermeira Puericultora, criado em 1943), realizado nas Escolas de Enfermagem oficiais, após o qual a enfermeira teria “a designação de enfermeira-parteira” (Decreto n.º 47884, p. 203).

Desenvolve-se, igualmente, o pensamento associado à saúde mental infantil e juvenil, entendendo que a “higiene mental consiste na conservação da saúde mental e na prevenção das perturbações mentais e emocionais” (Hadfield, 1973, p. 25), pelo que caberia aos pais proporcionar aos seus filhos a possibilidade de desenvolverem todas as suas potencialidades, o que lhes permitiria ultrapassar os obstáculos que a vida lhes proporcionaria. A modificação do conceito de criança teve, deste modo, repercussões na forma como se passaram a educar as crianças. Da disciplina rígida vivida pelas famílias nos séculos passados, passou-se, no século XX, para uma liberdade, por vezes registada como parecendo excessiva, do entendimento do que é ser criança, ser jovem, ser mãe, ser pai, ser família, aspetos fundamentais na educação de uma criança. Provavelmente, pelo facto de ter havido anteriormente uma grande obsessão pela regra, os “novos” pais e mães não quisessem expor os seus filhos a tal rigidez, permitindo uma educação parental mais liberal.

Em Portugal, na década de 70 do século XX assistiu-se, também, à revolução do conceito de família vivido até então, com a diminuição do número de casamentos, o aumento do número de divórcios, das uniões de facto, da vida em casal sem coabitação, do nascimento de crianças fora do casamento e da diminuição do número de filhos, que se tornou uma escolha racional, planeada e para muitos casais um símbolo de sucesso nas suas vidas (Delgado & Wall, 2014; Almeida, 2011).

Em 1979, foi criado o Serviço Nacional de Saúde, na Lei n.º 56/79 de 15 de setembro, concedendo aos cidadãos o direito à saúde e responsabilizando o Governo pela política de saúde, diferentemente do que acontecia anteriormente em que a saúde e assistência médica era da responsabilidade das famílias, instituições privadas e serviços médico-sociais da Previdência. Com o Serviço Nacional de Saúde, o acesso universal e gratuito (apesar de poder contemplar taxas moderadoras) à saúde estava disponível para todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica e social.

Em 1983, devido à evolução da tecnologia e à contínua necessidade de formação de enfermeiros mais capazes de prestar cuidados cada vez mais complexos (e atendendo à nova carreira de enfermagem), foram criadas as três Escolas de Enfermagem Pós-Básicas em Lisboa, Porto e Coimbra, onde passaram a realizar-se os diversos cursos de especialização, entre os quais o Curso de Especialização em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica (Decreto-Lei n.º 265/83).

NO SÉCULO XXI

O século XXI tem trazido novos desafios às famílias. Até aqui, a infância foi conquistando um lugar de importância crescente na sociedade, acompanhada de grande investimento. Hoje, ter filhos é considerado como um importante marco de realização pessoal para homens, mulheres e sociedade.

Nas últimas décadas, o interesse por tudo o que está relacionado com a criança e o jovem aumentou abruptamente: proliferaram publicações em torno de assuntos específicos, aumentou o número de mães trabalhadoras, o que exigiu o desenvolvimento do conceito de parentalidade, reconfigurou-se o conceito de família, alargou-se a acessibilidade aos cuidados pediátricos do Sistema de Saúde a todas as crianças e jovens até ao dia anterior a completarem 18 anos (Despacho n.º 9871/2010 de 11 de junho).

Acompanhando estas alterações, nomeadamente a necessária explicitação do jovem como alvo dos cuidados do enfermeiro especialista, são publicadas em 2011 e republicadas em 2018 as competências específicas do Enfermeiro Especialista em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica (Regulamento n.º 422/2018 de 12 de julho), onde fica expresso que o mesmo “utiliza um modelo conceptual centrado na criança e família encarando sempre este binómio como beneficiário dos seus cuidados” (Regulamento n.º 422/2018 de 12 de julho, p. 19192), considerando-se “o seu espaço de intervenção em torno de uma fase crucial do ciclo vital, a qual compreende o período que medeia do nascimento até aos 18 anos de idade. Em casos especiais, como a doença crónica, a incapacidade e a deficiência, pode ir além dos 18 anos e mesmo até aos 21 anos, ou mais, até que a transição apropriada para a vida adulta esteja conseguida com sucesso” (Regulamento n.º 422/2018 de 12 de julho, p. 19192).

Cabe, assim, ao Enfermeiro Especialista em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica, trabalhar “em parceria com a criança e família/pessoa significativa, em qualquer contexto em que ela se encontre (em hospitais, cuidados continuados, centros de saúde, escola, comunidade, casa, entre outros), para promover o mais elevado estado de saúde possível, prestar cuidados à criança saudável ou doente e proporcionar educação para a saúde, assim como identificar e mobilizar recursos de suporte à família/pes-

soa significativa” (Regulamento n.º 422/2018 de 12 de julho, p. 19192). As competências aprovadas situam a necessidade clara de desenvolvimento aprofundado dos enfermeiros especialistas na maximização da saúde da criança e do jovem, no cuidado aos mesmos em situações de especial complexidade, tendo sempre em conta as suas necessidades específicas de crescimento e desenvolvimento.

Portugal regista, atualmente, uma das mais baixas taxas de mortalidade infantil do mundo (2,7‰ em 2017), tendo sido registada uma diminuição de 94% da taxa de mortalidade infantil no período entre 1970 e 2008, longe da diminuição da média da União Europeia (51,6%).

De acordo com os últimos dados estatísticos (INE, 2018), a taxa de fecundidade geral, em Portugal, após ter diminuído entre 2013 e 2014, voltou a aumentar nos últimos anos. Em 2017 a taxa foi de 37,17 nados-vivos por mil mulheres em idade fértil. A taxa de fecundidade na adolescência manteve a tendência de decréscimo observada nos últimos anos. O índice sintético de fecundidade tem declinado, tendo em 2017 sido de 1,37 crianças por mulher em idade fértil. A idade média das mulheres, ao nascimento do primeiro filho, tem vindo a aumentar de 28,9 anos em 2013 para 29,6 anos em 2017. Tem-se verificado um aumento da percentagem de nados-vivos de baixo peso (inferior a 2500 g), filhos maioritariamente de mães jovens, com menos de 20 anos ou mães com idade superior a 34 anos.

Por um lado, os indicadores referidos validam a importância das políticas de planeamento familiar e o sucesso dos métodos contraceptivos largamente utilizados pelas mulheres portuguesas, mas fazem emergir novas questões relativamente a este novo retrato das famílias portuguesas na sociedade atual e os desafios a que estão expostas. Por outro lado, também tornam evidente a diferente conceção que se foi adquirindo de constituir família fora de relações formalizadas em

Enfermagem em Saúde da Criança e do Jovem

Enfermagem em Saúde da Criança e do Jovem aborda questões atuais com que se deparam os enfermeiros que trabalham com grupos etários pediátricos.

Com uma organização didática e recorrendo a esquemas e estratégias de atuação, visa a aplicação prática da evidência atual nos diversos contextos de saúde, incluindo temas como a parceria de cuidados com as crianças, jovens e família, saúde mental infantil e juvenil, e cuidados paliativos pediátricos.

Esta obra coletiva conta principalmente com o contributo de enfermeiros especialistas no âmbito da enfermagem de saúde infantil e pediátrica, mas também de autores de referência em temas tão particulares como a Ética, o Direito e situações especiais que deverão ser conhecidas de todos os que trabalham com crianças e jovens.

Dirige-se, assim, aos enfermeiros ligados à enfermagem de saúde infantil e pediátrica, mas também a outros enfermeiros com interesse nesta área, para além dos estudantes de enfermagem.

Principais temas:

- A criança, o jovem e a família
- O recém-nascido e o recém-nascido pré-termo
- O lactente
- A criança do 1 aos 3 anos
- A criança em idade pré-escolar (3 aos 6 anos) e escolar (6 aos 12 anos)
- O jovem
- Apreciação em enfermagem da criança e do jovem
- Enfermagem em saúde da criança e do jovem numa sociedade em mudança
- Direito e Ética aplicados ao cuidado da criança e do jovem e família
- Cuidar em situações especiais: procedimentos cirúrgicos; situações de urgência; doenças crónicas, incapacitantes ou terminais; necessidades especiais; problemas de saúde mental; maus-tratos

Casos Clínicos disponíveis na página do livro em www.lidel.pt, até o livro se esgotar ou ser publicada uma nova edição atualizada ou com alterações



ISBN 978-989-752-344-1



9 789897 523441

www.lidel.pt